



### Resolução DR – PT/RS N°029/2014

#### ÉTICA PETISTA E ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

1 – Nos últimos dias temos acompanhado mais uma etapa da investigação que a Polícia Federal faz no sentido de elucidar o desvio de dinheiro público que envolve alguns dirigentes da Petrobras. O PT/RS manifesta seu apoio à determinação do Governo da Presidenta Dilma em levar a cabo a investigação profunda e completa, bem como a punição de todos os envolvidos em episódios de corrupção.

2 – Não é novo ouvirmos falar de denúncias de corrupção em nosso país. Se falava muito e nada acontecia. Houve períodos da história que parecia normal “levar vantagem em tudo”, o que se tornou até propaganda com a famosa “Lei de Gerson”. Tudo fazia crer que estava tão embutido na sociedade que ate parecia um mal sem cura. A corrupção é endêmica ao Estado Brasileiro, resultando de um padrão histórico de relações entre o capital privado e a administração pública, através do qual se transfere recursos do povo aos particulares. Resulta ainda da histórica fragilidade dos organismos de controle e da inexistência de normas legais próprias à punição de corruptores e corruptos.

3 – Esta realidade começou a ser enfrentada pelos governos Lula e Dilma que, a partir da decisão política de combate à corrupção, fortaleceu a Polícia Federal, criou a Controladoria Geral da União, garantiu a plena autonomia do Ministério Público e encaminhou a aprovação de uma legislação específica de punição a empresários e servidores públicos corruptos. Aliás, é exatamente este conjunto de medidas e normas que possibilita a apuração do episódio de corrupção na Petrobras. Por isso, o Diretório Estadual do PT/RS repudia a tentativa de manipulação e incriminação seletiva de membros do PT neste processo.

4 – É preciso fazer a Reforma Política que acabe com o financiamento empresarial das campanhas. Aprovar uma lei que transforme em crime e que puna com rigos os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos. Modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa dois. Debater e adotar ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação. Alterar a legislação par agilizar o julgamento de processos envolvendo desvio de recursos públicos. Propor a criação de uma nova estrutura no poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência aos processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

5 – Não podemos tolerar a corrupção e nem acobertar quem comete malfeitos, por isso devemos suspender, de forma cautelar, todo e qualquer filiado sobre o qual paire indícios de envolvimento em corrupção e, uma vez comprovado, providenciar sua imediata expulsão do nosso quadro partidário.

6 – O PT tem um profundo compromisso ético e republicano com respeito aos recursos públicos. A cultura da corrupção precisa ser combatida e rigorosamente punida, doa a quem doer.

A presente resolução foi aprovada por unanimidade de votos pelo Diretório Estadual do PT/RS. Registrada uma abstenção.

Porto Alegre, 22 de Novembro de 2014

Eliane Silveira  
Secretária-Geral

Ary Vanazzi  
Presidente